

## DITADURAS E RESISTÊNCIA: A LITERATURA COMO MEMÓRIA HISTÓRICA

Talita Lima da Silva <sup>1</sup>

Luiz Nogueira de Souza <sup>2</sup>

Ana Paula de Lima <sup>3</sup>

Erich Lopes Fraga <sup>4</sup>

### RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão interdisciplinar entre Literatura e História, a partir da análise de obras literárias que abordam os regimes ditatoriais e as formas de resistência construídas por meio da palavra. Compreende-se que a literatura, além de expressão artística, constitui-se como um espaço de memória, denúncia e preservação de experiências históricas muitas vezes silenciadas pelos discursos oficiais. Ao lado dos documentos, das leis e dos registros institucionais, o texto literário revela as marcas subjetivas e afetivas deixadas pelos períodos de exceção, como as ditaduras militares da América Latina. A pesquisa se fundamenta teoricamente em autores como Candido (2004), ao defender a literatura como instrumento de humanização; Pesavento (2003), que discute a literatura como fonte para o historiador; e Walter Benjamin (2012), ao afirmar que toda narrativa carrega uma carga de resistência ao esquecimento. O estudo analisa fragmentos de obras como *K* (de Bernardo Kucinski) e *A Resistência* (de Julián Fuks), evidenciando como essas narrativas constroem memórias que tensionam a história oficial e reivindicam o direito à escuta dos sujeitos oprimidos. Os resultados apontam que o trabalho com textos literários de conteúdo político nas escolas não apenas contribui para o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes, mas também fortalece a compreensão da literatura como instrumento de cidadania, resistência e formação ética.

**Palavras-chave:** Literatura e História, Ditadura Militar, Resistência, Memória, Ensino crítico.

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará, Pós-graduada em ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Vale do Salgado, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Cândido Mendes, Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande, [talita.silva@prof.ce.gov.br](mailto:talita.silva@prof.ce.gov.br).

<sup>2</sup> Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Ceará, pós-graduado em Língua Portuguesa e Arte e Educação pela Universidade Regional do Cariri; Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Ceará, Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande [luiznogsouza@hotmail.com](mailto:luiznogsouza@hotmail.com).

<sup>3</sup> Licenciada em Letras pela Universidade federal de Campina Grande, Especialista no Ensino da Língua Portuguesa, Arte e Educação pela Universidade Regional do Cariri, Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Kurius, Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande, [paula13teacher@gmail.com](mailto:paula13teacher@gmail.com).

<sup>4</sup> Graduado em Letras Pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela UFPI, Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), [erichspo@gmail.com](mailto:erichspo@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

A literatura, mais do que um reflexo da realidade, constitui-se como espaço de elaboração simbólica da experiência humana. Em contextos de repressão e censura, a palavra escrita se converte em ato de resistência e em instrumento de preservação da memória. Nos países latino-americanos que sofreram regimes autoritários, a literatura assumiu a função de testemunhar aquilo que o discurso oficial tentou apagar, revelando o sofrimento, a ausência e a luta dos que foram silenciados pela violência do Estado. Desse modo, a produção literária torna-se um território de disputa de sentidos, em que a escrita se opõe ao esquecimento e resiste à barbárie.

Walter Benjamin (2012) afirma que “narrar é um ato político”, pois toda narrativa contém uma centelha de resistência ao esquecimento. Assim, o texto literário, ao reconstruir a memória histórica, ultrapassa a dimensão estética e assume uma função ética e política. Nessa perspectiva, o presente trabalho propõe uma análise interdisciplinar entre Literatura e História, investigando como as obras *K: relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, e *A Resistência* (2015), de Julián Fuks, reelaboram as memórias traumáticas deixadas pelas ditaduras militares no Brasil e na Argentina. Ambas foram escritas em tempos democráticos recentes: *K* entre 2009 e 2010, e *A Resistência* entre 2013 e 2014, mas revisitadas à luz das feridas ainda abertas desses períodos de exceção.

A obra *K: relato de uma busca* (2011) parte da experiência pessoal de Bernardo Kucinski, jornalista e professor universitário, cuja irmã, militante política, desapareceu durante a ditadura militar brasileira (1964–1985). Por meio de uma escrita fragmentada e dolorosa, o autor reconstrói, pela ficção, o percurso de um pai em busca da filha desaparecida, transformando a dor individual em denúncia coletiva. O romance articula o real e o ficcional, dando voz às vítimas e questionando o apagamento histórico que marcou a transição democrática no país.

Já *A Resistência* (2015), de Julián Fuks, revisita a ditadura argentina (1976–1983) por meio de uma narrativa intimista, que entrelaça as memórias familiares do narrador, filho de exilados políticos, com reflexões sobre identidade, exílio e pertencimento. A obra problematiza o silêncio e a culpa herdados de uma geração marcada pela violência do Estado, ao mesmo tempo em que reafirma o poder da palavra como instrumento de reconciliação e de preservação da memória. Nesse sentido, Fuks transforma a literatura em um espaço de escuta, onde o relato individual se torna coletivo e universal.



Do ponto de vista teórico, esta pesquisa apoia-se em Antonio Candido (2004), que concebe a literatura como um bem essencial e instrumento de humanização, capaz de despertar a empatia e a consciência ética; em Sandra Pesavento (2003), que reconhece a literatura como fonte legítima para o historiador, ao revelar dimensões subjetivas da experiência histórica; e em Walter Benjamin (2012), que compreende a narrativa como resistência ao esquecimento e meio de restituição simbólica da memória. Essas contribuições teóricas orientam a leitura das obras analisadas, buscando compreender de que modo a ficção se converte em um ato político de lembrança, reconstruindo as vozes dos que foram silenciados pelos regimes de exceção.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e interpretativa, que articula a leitura analítica das obras literárias com os aportes teóricos mencionados. A análise privilegia fragmentos significativos das narrativas que revelam estratégias de resistência, tanto no plano temático quanto no formal, observando como os autores reconstróem o trauma e reafirmam a importância da memória como gesto de sobrevivência.

Os resultados apontam que o estudo das obras literárias que abordam regimes autoritários, quando incorporado às práticas de ensino, contribui para o fortalecimento de uma consciência crítica, histórica e cidadã. A literatura, nesse contexto, torna-se não apenas objeto estético, mas também instrumento de transformação social e de resistência simbólica. Ao revisitar o passado, ela ensina a não esquecer, reafirmando o papel da palavra como força ética e política na formação humana.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa desenvolvida insere-se no campo dos estudos qualitativos, de natureza bibliográfica e interpretativa, com enfoque interdisciplinar entre Literatura e História. Parte-se do pressuposto de que o texto literário, ao representar a experiência humana, constitui também uma forma legítima de conhecimento sobre o passado, capaz de expressar dimensões simbólicas, afetivas e subjetivas da memória coletiva. Assim, mais do que uma abordagem estética, o estudo propõe uma leitura histórico-literária das obras *K: relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, e *A Resistência* (2015), de Julián Fuks, considerando-as como narrativas que reelaboram o trauma das ditaduras latino-americanas por meio da palavra e da ficção.

O percurso metodológico adotado compreende três etapas principais: (1) o levantamento e a análise do referencial teórico que fundamenta a pesquisa; (2) a leitura



integral e analítica das obras selecionadas; e (3) a sistematização interpretativa dos elementos temáticos e discursivos que configuram a literatura como espaço de resistência e preservação da memória. Em cada uma dessas etapas, buscou-se articular os conceitos de memória, testemunho e resistência a partir dos aportes de Walter Benjamin (2012), Sandra Pesavento (2003) e Antonio Candido (2004).

Na primeira etapa, realizou-se o estudo dos referenciais teóricos que embasam a discussão acerca da relação entre literatura e história, especialmente no que se refere à representação de traumas coletivos e à função ética da narrativa. Foram analisados textos de Candido, que defende a literatura como direito humano e instrumento de humanização; de Pesavento, que considera o texto literário como fonte histórica dotada de significados simbólicos; e de Benjamin, que compreende a narração como forma de resistência ao esquecimento e de reconstrução do passado.

Na segunda etapa, procedeu-se à leitura analítica e interpretativa das obras literárias, com foco na estrutura narrativa, nas vozes narrativas, nas metáforas do silêncio e da ausência e nas estratégias discursivas de resistência. Em *K: relato de uma busca* (2011), observou-se o modo como o autor transforma a dor pessoal e o desaparecimento de sua irmã em denúncia coletiva, por meio de uma escrita fragmentada e de caráter memorialístico. Já em *A Resistência* (2015), a análise concentrou-se na construção da memória familiar e na herança emocional transmitida pela experiência do exílio e da ditadura argentina, ressaltando o papel da literatura como espaço de reconstrução identitária e escuta do outro.

Por fim, na terceira etapa, realizou-se a interpretação comparativa das duas obras, identificando convergências temáticas e estilísticas que permitem compreender como a ficção se torna um instrumento de resistência simbólica. Essa comparação foi sistematizada em categorias interpretativas que dialogam com os conceitos de memória histórica, testemunho, trauma e humanização.

Por não envolver coleta de dados com sujeitos humanos, o estudo não exigiu submissão a comitê de ética. Todas as informações analisadas foram obtidas a partir de fontes bibliográficas públicas: obras literárias, artigos e textos teóricos.

A metodologia adotada, ao articular análise literária e reflexão histórica, permitiu compreender como a literatura contemporânea da América Latina ressignifica o passado autoritário e reafirma a palavra como lugar de memória e resistência. Desse modo, o estudo contribui para o fortalecimento do diálogo entre literatura e ensino de história,



demonstrando que o texto literário é também um espaço de construção de consciência crítica e de formação cidadã.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura, ao longo da história, tem se constituído como uma forma privilegiada de expressão da experiência humana, funcionando simultaneamente como arte, testemunho e memória. Para Antonio Candido (2004, p. 175), a literatura deve ser entendida como “uma necessidade universal que reflete a capacidade do ser humano de se imaginar no lugar do outro e de sentir com ele”. Dessa forma, negar o acesso à literatura é suprimir uma dimensão essencial da humanidade, pois, segundo o autor, ela “humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (Candido, 2004, p. 178). A leitura literária, portanto, ultrapassa o prazer estético, tornando-se um exercício ético e civilizatório, uma vez que possibilita compreender a condição humana em suas múltiplas contradições.

No contexto das ditaduras latino-americanas, em que o silenciamento e a censura constituíram estratégias de poder, a literatura assumiu papel ainda mais significativo como instrumento de resistência. Ela deu voz aos sujeitos oprimidos e transformou o ato de escrever em gesto de denúncia. A esse respeito, Candido (2004, p. 182) ressalta que a literatura “é uma força humanizadora porque amplia os horizontes da vida e desperta a consciência crítica”, reafirmando sua função social diante da barbárie e da exclusão. A ficção, ao representar o sofrimento coletivo, reverte a lógica da invisibilidade e permite que as vítimas se tornem narradoras de suas próprias histórias, ainda que por meio da linguagem simbólica.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva de Walter Benjamin (2012), para quem narrar é um ato político de resistência ao esquecimento. Em *Magia e técnica, arte e política*, o autor afirma que “a experiência que se transmite de boca em boca é a fonte a que recorreram todos os narradores” (Benjamin, 2012, p. 197), enfatizando que toda narrativa preserva algo da experiência vivida, transformando o individual em coletivo. Para Benjamin, o narrador é o guardião da memória, aquele que impede que a história dos vencidos desapareça no esquecimento. Ele adverte que “o dom de ouvir histórias está desaparecendo” (Benjamin, 2012, p. 198), o que torna a literatura um espaço de resistência contra a amnésia social produzida pelos discursos oficiais.

Ainda segundo Benjamin (2012), o historiador tradicional fala a partir do ponto de vista dos vencedores, enquanto o narrador literário recupera as vozes dos oprimidos,



revelando as ruínas e fragmentos deixados pela violência. Essa ideia aproxima-se da função das obras *K: relato de uma busca* (2011) e *A Resistência* (2015), que, ao revisitarem o trauma das ditaduras brasileira e argentina, respectivamente, propõem uma “história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 231), em que o ato de recordar é, ao mesmo tempo, um gesto de resistência e um dever ético. O narrador, ao recordar o sofrimento, confronta a narrativa oficial e restitui às vítimas um lugar na memória coletiva.

Complementando essa visão, Sandra Jatahy Pesavento (2003) contribui para a compreensão da literatura como fonte para a história, defendendo que “a narrativa literária é uma forma de conhecimento do social” (Pesavento, 2003, p. 18). Para ela, o texto literário, embora não documental, é revelador das sensibilidades e representações de uma época, oferecendo ao historiador “a possibilidade de adentrar nas formas de sentir, pensar e agir de uma sociedade” (Pesavento, 2003, p. 22). Assim, o literário e o histórico não se opõem, mas se complementam: a literatura torna visível o que os arquivos silenciam, revelando dimensões simbólicas e emocionais do passado.

Na esteira dessas reflexões, as obras analisadas neste estudo — *K: relato de uma busca* e *A Resistência* — exemplificam o papel da literatura como depositária da memória e mediadora do trauma. Em *K: relato de uma busca* (2011), Bernardo Kucinski transforma sua experiência pessoal de perda — o desaparecimento da irmã e do cunhado durante a ditadura militar brasileira — em narrativa de denúncia e de resistência. O autor, ao fundir o relato íntimo e a ficção, realiza o que Benjamin (2012, p. 204) chama de “restituição da experiência ao acontecimento”, fazendo da narrativa um lugar de elaboração da dor. Já em *A Resistência* (2015), Julián Fuks reconstrói a ditadura argentina a partir da memória familiar e do sentimento de exílio, abordando o silêncio herdado por uma geração que cresceu sob as marcas do medo. Em ambas as obras, a escrita opera como gesto de sobrevivência: lembrar é resistir.

A partir do diálogo entre Candido (2004), Benjamin (2012) e Pesavento (2003), compreende-se que a literatura não apenas registra o passado, mas o ressignifica, atribuindo-lhe novos sentidos éticos e simbólicos. O texto literário é, nesse sentido, um “espaço de memória” (Pesavento, 2003, p. 30), capaz de transformar a dor individual em memória coletiva. Ele permite que o leitor participe do processo de reconstrução histórica e afetiva, atuando como sujeito ativo da recordação.

Portanto, ao tratar das ditaduras e das resistências, a literatura cumpre uma dupla função: preserva as vozes silenciadas e convida à reflexão sobre o presente. Como enfatiza Candido (2004, p. 190), “a literatura humaniza porque nos liberta do imediato e



nos projeta na vida do outro”. Essa humanização é, ao mesmo tempo, resistência política e compromisso ético. Assim, a literatura se revela como uma forma de conhecimento tão legítima quanto a história, pois ambas buscam compreender o homem em sua dimensão mais profunda: a de quem sofre, resiste e narra para não ser esquecido.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das obras *K: relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, e *A Resistência* (2015), de Julián Fuks, revelou que ambas constroem, por meio da ficção, espaços de memória e resistência frente ao esquecimento imposto pelos regimes autoritários. Embora ambientadas em contextos distintos, a ditadura militar brasileira (1964–1985) e a ditadura argentina (1976–1983), as duas narrativas convergem na denúncia das violências do Estado e na busca por reconstituir a dignidade das vítimas por meio da palavra literária.

Em *K: relato de uma busca*, a dor individual é transformada em testemunho coletivo. O romance, inspirado na história real da irmã do autor, desaparecida durante o regime militar, apresenta uma narrativa fragmentada, na qual o personagem K, um pai em busca da filha, simboliza o sofrimento de milhares de famílias que nunca obtiveram respostas do Estado. O silêncio das instituições e a ausência de corpos são metáforas da própria impossibilidade de fechar o luto. O estilo seco e contido da escrita de Kucinski reforça o esvaziamento emocional produzido pela repressão, evidenciando o que Benjamin (2012, p. 200) denomina “empobrecimento da experiência”, uma incapacidade de narrar o horror vivido. A narrativa se constrói como um ato de resistência, pois ao recontar o trauma, reverte o esquecimento e reivindica a escuta que a história oficial negou.

Já em *A Resistência*, de Julián Fuks, a memória adquire um caráter mais introspectivo e afetivo. O narrador, filho de pais exilados da ditadura argentina, tenta compreender sua identidade e o peso do silêncio herdado da família. O romance é conduzido por uma voz hesitante, que oscila entre a culpa e o desejo de lembrar, refletindo o que Pesavento (2003, p. 22) define como “memória social filtrada pelas sensibilidades individuais”. A literatura, nesse caso, não busca apenas documentar o passado, mas reconstituí-lo simbolicamente, permitindo que as dores privadas sejam transformadas em reflexão coletiva. O silêncio, o não-dito e as lacunas tornam-se parte constitutiva da narrativa, reforçando a ideia de que o trauma histórico só pode ser narrado pela via da metáfora.



Em ambas as obras, a linguagem adquire uma dimensão ética, pois reestabelece a possibilidade de dizer o indizível. Ao narrar o desaparecimento, a ausência e o exílio, Kucinski e Fuks criam um diálogo entre gerações, mostrando que a lembrança é também uma forma de resistência política. Essa concepção se aproxima do pensamento de Candido (2004, p. 190), ao afirmar que “a literatura humaniza porque nos liberta do imediato e nos projeta na vida do outro”. A empatia provocada pela leitura permite que o leitor compartilhe o sofrimento alheio, transformando a ficção em instrumento de formação ética e cidadã.

Outro aspecto relevante identificado é o modo como as narrativas desconstruem o discurso oficial das ditaduras. Em *K: relato de uma busca*, a multiplicidade de vozes (do pai, dos agentes da repressão, dos cúmplices silenciosos) revela a fragmentação moral de uma sociedade que conviveu com a barbárie. O autor faz ecoar as vozes ausentes, reafirmando o que Benjamin (2012, p. 231) chama de “história a contrapelo”, ou seja, a história vista sob o ponto de vista dos vencidos. Já em *A Resistência*, a abordagem memorialística é atravessada pela tensão entre lembrança e esquecimento, entre a necessidade de contar e o medo de reviver a dor. O narrador de Fuks reconhece que “lembrar é resistir”, e, ao fazê-lo, cumpre a função de restaurar o elo entre passado e presente, transformando o ato narrativo em gesto de resistência simbólica.

Os resultados da análise apontam, portanto, que a literatura, ao tratar das ditaduras latino-americanas, não se limita a recontar os fatos, mas os ressignifica por meio da sensibilidade estética e da memória afetiva. As obras de Kucinski e Fuks exemplificam o que Pesavento (2003, p. 30) denomina “dimensão simbólica da história”, isto é, a capacidade da narrativa literária de expressar o indizível, revelar as sensibilidades coletivas e tornar o passado acessível por meio da arte. A literatura se torna, assim, uma forma de conhecimento e de resistência: um espaço onde o esquecido ganha voz e onde o sofrimento se transforma em palavra.

Em consonância com Candido (2004) e Benjamin (2012), observa-se que o valor da literatura ultrapassa o domínio estético para assumir uma função ética e política. As narrativas analisadas reafirmam a importância da memória como categoria de resistência e mostram que o esquecimento, longe de ser neutro, é uma forma de violência. Relembrar é, portanto, um gesto de reparação. Assim, ao revisitar o passado ditatorial, Kucinski e Fuks não apenas resgatam a história dos oprimidos, mas também reafirmam o poder da literatura de transformar a dor em consciência, e a lembrança, em libertação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das obras *K: relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, e *A Resistência* (2015), de Julián Fuks, permitiu constatar que a literatura constitui um espaço privilegiado para a preservação da memória histórica e para a elaboração simbólica do trauma coletivo. Ambas as narrativas demonstram que, diante da violência e do silenciamento impostos pelos regimes ditatoriais latino-americanos, a palavra literária se converte em instrumento de resistência, capaz de transformar a dor em testemunho e o esquecimento em lembrança.

Em *K: relato de uma busca*, a ausência e o silêncio tornam-se matéria narrativa, revelando o impacto desumanizador da repressão e a persistência da busca por justiça. Já em *A Resistência*, a memória é reconstruída pela via da subjetividade e do afeto, mostrando que o trauma também se herda e se reelabora entre gerações. Em ambos os casos, a literatura cumpre a função apontada por Walter Benjamin (2012, p. 231), ao propor uma “história a contrapelo”, isto é, uma história contada do ponto de vista dos vencidos, que desafia o esquecimento e reafirma o direito à voz.

Os resultados alcançados confirmam a concepção de Antonio Candido (2004) de que a literatura é uma necessidade humana fundamental, pois promove a humanização ao ampliar a sensibilidade, a empatia e o pensamento crítico. Nesse sentido, as obras analisadas mostram que o ato de narrar é também um ato de cura e de reconstrução simbólica, um gesto que restitui humanidade aos que foram silenciados. Ao reconstituir as memórias interdidas das ditaduras, Kucinski e Fuks demonstram que a ficção é capaz de romper o silêncio da história e abrir espaço para a escuta das vozes marginalizadas.

A partir da perspectiva de Pesavento (2003), compreende-se que a literatura funciona como fonte histórica legítima, revelando dimensões sensíveis da experiência humana que escapam ao registro documental. O texto literário, ao representar a dor, o exílio e o desaparecimento, possibilita ao leitor compreender as emoções e os afetos que constituem o tecido da memória coletiva. Assim, a literatura não apenas complementa a história, mas a amplia, conferindo sentido humano ao que a violência tentou anular.

Em termos de contribuição empírica, o estudo reforça a relevância de se trabalhar obras literárias de teor político nas escolas, pois elas favorecem o desenvolvimento de uma consciência crítica e histórica nos estudantes, além de promoverem uma educação voltada à cidadania e aos direitos humanos. O diálogo entre literatura e história, ao ser



incorporado às práticas de ensino, permite que as novas gerações compreendam o passado não como uma narrativa distante, mas como um legado ético que precisa ser continuamente revisitado e ressignificado.

Por fim, considera-se que a literatura, ao resistir ao esquecimento e afirmar o valor da memória, cumpre um papel político e civilizatório. Em tempos de relativização da verdade e de ameaças à democracia, ler obras como as de Kucinski e Fuks é reafirmar a importância da arte como forma de resistência e como espaço de formação moral e social. Como adverte Candido (2004, p. 190), “a literatura humaniza porque nos liberta do imediato e nos projeta na vida do outro”. Assim, preservar a literatura é também preservar a memória, e resistir, pela palavra, é continuar lutando contra toda forma de silêncio.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v. 1).

CANDIDO, A. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 169–191.

FUKS, J. **A resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUCINSKI, B. K. **relato de uma busca**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PESAVENTO, S. J. **História & literatura: uma velha-nova história**. *Revista de História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 29, p. 15–32, jan./jun. 2003.

